

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

**CONTRATO Nº 0178/2021 – PMFSN**  
**TOMADA DE PREÇO Nº 009/2021**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2021**

**TERMO DE CONTRATO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA - MA E A EMPRESA ENGEMAQ – LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL NOS TERMOS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 009/2021 – CPL/PMFSN.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA - MA**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS** entidade de direito público, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.616.684/0001-13, com sede na cidade de Formosa da Serra Negra/MA, localizada na Av. João da Mata e Silva, Nº s/n, Vila Viana, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Obras, a Sr. Silvino Santos Costa, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº 771.887.023-88 e RG nº 38134294-8, SSP-MA, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a Empresa **ENGEMAQ – LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI** inscrita no CNPJ sob o nº 04.812.264/0001-09 estabelecida à Avenida Castelo Branco, nº 00, Vila Vitória, Davinópolis/MA, representada por seu Srº Attilio Castro Belin, Brasileiro, casado, portador(a) do CPF nº 009.543.833-54 e RG nº 171148720019 SSPMA, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, submetendo-se as partes às disposições constantes nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2008, aplicando-se também os procedimentos determinados pela Lei Complementar 123/2006 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Contrato para execução de determinada obra, tendo em vista o resultado da licitação procedida na modalidade **TOMADA DE PREÇOS nº 009/2021 – CPL/PMFSN**, oriunda do Processo Administrativo nº 091/2021-Sec. de Obras, Adjudicação datada de 10/08/2021 e Homologação datada de 11/08/2021, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DA SEDE DA COMUNIDADE BACABAS DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DE SERRA NEGRA – MA**, que será prestado nas condições estabelecidas no Projeto Básico e

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA

demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório do Edital em epígrafe e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do Objeto:

em	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
			<b>RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL (META 2)</b>					<b>689.204,04</b>	<b>100,00</b>
.1			<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>					<b>100.983,39</b>	<b>14,65</b>
.1.1	74209/001	SINAPI	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	m <sup>2</sup>	14,4	303,30	376,75	5.425,20	0,79
.1.2	2205	Próprio	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (UND)	UND	1	5.001,71	6.213,12	6.213,12	0,90
.1.3	2206	Próprio	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	UND	1	29.130,89	36.186,39	36.186,39	5,25
.1.4	78472	SINAPI	SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	m <sup>2</sup>	114000	0,36	0,44	50.160,00	7,28
.1.5	73847/001	SINAPI	ALUGUEL CONTAINER/ESCRIT INCL INST ELET LARG=2,20 COMP=6,20M ALT=2,50M CHAPA ACO C/NERV TRAPEZ FORRO C/ISOL TERMO/ACUSTICO CHASSIS REFORC PISO COMPENS NAVAL EXC TRANSP/CARGA/DESCARGA	MES	6	402,34	499,78	2.998,68	0,44
.2			<b>TRECHO ÚNICO</b>					<b>586.868,65</b>	<b>85,15</b>
.2.1			<b>SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM</b>					<b>196.731,26</b>	<b>28,54</b>
.2.1.1			<b>SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM</b>					<b>196.731,26</b>	<b>28,54</b>
.2.1.1.1	5501700	SICRO3	Desmatamento, destocamento, limpeza de área e estocagem do material de limpeza com árvores de diâmetro até 0,15 m	m <sup>2</sup>	95000	0,36	0,44	41.800,00	6,06
.2.1.1.2	4016008	SICRO3	Escavação e carga de material de jazida com trator de 112 kW e carregadeira de 3,3 m <sup>3</sup>	m <sup>3</sup>	5051,89	2,25	2,79	14.094,77	2,05

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA

.2.1.1.3	5914359	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em leito natural	tkm	33153,03	0,64	0,79	26.190,89	3,80 €
.2.1.1.4	4011209	SICRO3	Regularização do subleito	m²	114000	0,75	0,93	106.020,00	15,38 €
.2.1.1.5	2004504	SICRO3	Escavação mecânica de vala para drenagem com valetadeira em material de 1ª categoria (BIGODE)	m³	720	9,65	11,98	8.625,60	1,25 €
<b>.2.2</b>			<b>SERVIÇOS DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO</b>					<b>216.856,50</b>	<b>31,46 €</b>
.2.2.1	5502985	SICRO3	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	19000	0,34	0,42	7.980,00	1,16 €
.2.2.2	5502986	SICRO3	Expurgo de jazida	m³	2850	1,75	2,17	6.184,50	0,90 €
.2.2.3	4011219	SICRO3	Base de solo estabilizado granulometricamente sem mistura com material de jazida	m³	22800	7,16	8,89	202.692,00	29,41 €
<b>.2.3</b>			<b>OBRAS DE ARTES CORRENTES</b>					<b>173.280,89</b>	<b>25,14 €</b>
.2.3.1	4805757	SICRO3	Escavação mecânica de vala em material de 1ª categoria	m³	231	5,14	6,38	1.473,78	0,21 €
.2.3.2	4915671	SICRO3	Reaterro e compactação com soquete vibratório	m³	2831,85	10,32	12,81	36.275,99	5,26 €
.2.3.3	0804029	SICRO3	Corpo de BSTC D = 0,80 m CA1 - areia, brita e pedra de mão comerciais	m	8	429,27	533,23	4.265,84	0,62 €
.2.3.4	0804101	SICRO3	Boca BSTC D = 0,80 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas retas	un	2	846,57	1.051,60	2.103,20	0,31 €
.2.3.5	0804037	SICRO3	Corpo de BSTC D = 1,00 m CA1 - areia, brita e pedra de mão comerciais	m	56	584,73	726,35	40.675,60	5,90 €
.2.3.6	0804121	SICRO3	Boca BSTC D = 1,00 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas retas	un	14	1.266,99	1.573,85	22.033,90	3,20 €
.2.3.7	0804189	SICRO3	Corpo de BDTC D = 1,00 m CA1 - areia, brita e pedra de mão comerciais	m	24	1.133,56	1.408,10	33.794,40	4,90 €
.2.3.8	0804233	SICRO3	Boca BDTC D = 1,00 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas retas	un	6	1.521,12	1.889,53	11.337,18	1,64 €
.2.3.9	0804293	SICRO3	Corpo de BTTC D = 1,00 m CA1 - areia, brita e pedra de mão comerciais	m	8	1.682,47	2.089,96	16.719,68	2,43 €
.2.3.10	0804317	SICRO3	Boca BTTC D = 1,00 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas retas	un	2	1.852,09	2.300,66	4.601,32	0,67 €
<b>.3</b>			<b>RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS</b>					<b>1.352,00</b>	<b>0,20 €</b>
.3.1	4413920	SICRO3	Adubação de cobertura de hidrossemeadura	m²	10400	0,11	0,13	1.352,00	0,20 €

Total sem BDI

556.544,5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

**Total do BDI**

**132.659,5**

**Total Geral**

**689.204,0**

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. **O prazo de vigência** deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, isto é, até **01 (um) Mês**, com início a partir da assinatura do contrato.

2.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 09/12/2011.

2.3. **A execução dos serviços** será iniciada a partir do recebimento da ordem de serviço cujas etapas observarão o cronograma fixado no Projeto Básico (Cronograma físico financeiro).

2.4. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO**

3.1. O valor total da contratação é de **R\$ 689.204,04 (seiscentos e oitenta e nove mil, duzentos e quatro reais e quatro centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor consignado neste Termo de Contrato é fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice INPCou outro que vier a substituí-lo.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

**15.451.0023.1032.0000 – Construção/Recuperação de Estrada Vicinais, Pontes e Bueiros**

**4.4.90.51.00 - Instalações**

**5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento das atividades executadas e dos materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplimento da parcela da contratação a que aquela se referir.

5.4. A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:

5.4.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia das atividades executadas no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

5.4.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando as atividades previstas para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executadas em sua totalidade.

5.4.3. Juntamente com a primeira medição, a Contratada deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social - CEI.

5.5. A Contratante terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade das atividades executadas, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.

5.6. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva das atividades executadas.

5.7. Após a aprovação, a Contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

5.8. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste instrumento contratual.

5.9. O “atesto” da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com as atividades efetivamente executadas, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:

5.9.1. Do pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) e da regularidade trabalhista, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Formosa da Serra Negra, SICAF ou outro equivalente (guia de recolhimento de comprovação do INSS e FGTS a partir de 30 dias de execução da obra);

5.9.2. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta “on-line” ao SICAF ou outro equivalente, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.10. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação às atividades efetivamente prestadas e aos materiais empregados.

5.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.12. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.12.1. não produziu os resultados acordados;

5.12.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.12.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

5.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.14. Antes de cada pagamento à contratada, poderá ser realizada consulta ao Sistema de Cadastro de Fornecedores de Formosa da Serra Negra (ou cadastro equivalente ou certidões online) para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.15. Constatando-se, junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.17. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores de Formosa da Serra Negra ou cadastro equivalente – isto é, deve-se manter as condições de habilitação do Edital, especialmente a regularidade fiscal.

5.19. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no Sistema de Cadastro de Fornecedores de Formosa da Serra Negra.

5.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1993.

5.20.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar n. 123, de 2006.

5.20.2. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2002, e legislação municipal aplicável.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

5.21. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = (6/100) / 365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## **6. CLÁUSULA SÉTIMA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

6.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

6.3. A verificação da adequação da prestação contratada deverá ser realizada com base nos critérios previstos nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato.

6.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

6.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.8. A fiscalização da execução abrange, ainda, outras rotinas determinadas em normatização específica.

6.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**7. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação contratual, conforme cronograma físico-financeiro;

7.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada;

7.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município de Formosa da Serra Negra/MA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

7.9. Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

7.10. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

7.10.1. “as built”, elaborado pelo responsável por sua execução;

7.10.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

7.10.3. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

**8. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. Executar cada uma das fases do empreendimento, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, fornecendo e utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios de qualidade e quantidade compatíveis com as especificações contidas nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato, bem como na sua proposta;

8.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.3. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

8.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.6. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;

8.7. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução das atividades contratadas;

8.8. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

8.9. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste instrumento contratual;

8.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

8.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

8.12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do empreendimento, inclusive a alteração de supervisores da obra;

8.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.16. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

8.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

8.18. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

8.19. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

8.20. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.21. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.22. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

8.23. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

8.24. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

8.25. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

8.26. Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

8.27. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto neste Projeto Básico e seus anexos, conforme artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

8.28. Assegurar à CONTRATANTE:

8.28.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

8.28.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

8.29. Promover a organização técnica e administrativa das atividades, de modo a conduzi-las eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram ou fundamentam o Projeto Básico e este Contrato, no prazo determinado.

8.30. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.31. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

8.32. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas,

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

8.33. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, no Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

8.34. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

8.34.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

8.34.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

8.34.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

8.34.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

8.34.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

8.34.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

8.34.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”,

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

8.35. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

8.35.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

8.35.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

8.35.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

8.36. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

8.37. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Projeto Básico e demais documentos anexos;

8.38. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

8.39. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado, conforme exigido no instrumento convocatório; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.40. Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

8.41. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

8.42. Deve manter as condições de Habilitação, em especial o art. 55 da Lei 8.666/93.

## **9. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30 %(trinta por cento) do valor total do contrato.

10.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista.

10.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

11.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.2.2. multa moratória de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.2.1. em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

11.2.2.2. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.2.3. multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

11.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

11.4. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

11.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

11.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

11.6.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

11.6.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.6.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES**

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. **O contrato será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.**

12.3. O serviço adicionado ao contrato ou que sofra alteração em seu quantitativo ou preço deverá apresentar preço unitário inferior ao preço de referência da Administração Pública divulgado por ocasião da licitação, mantida a proporcionalidade entre o preço global contratado e o preço de referência, ressalvada a exceção prevista no subitem anterior e respeitados os limites do previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA DO CONTRATO**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES**

14.1. É vedado à CONTRATADA:

14.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

15.1. Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

15.1.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.2. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.2.1. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

15.2.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

15.3. O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 15 (quinze) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

15.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Contratante nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.

15.3.2. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

**16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO**

15.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

15.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

15.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

15.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.4.3. Indenizações e multas.

**16. ACLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

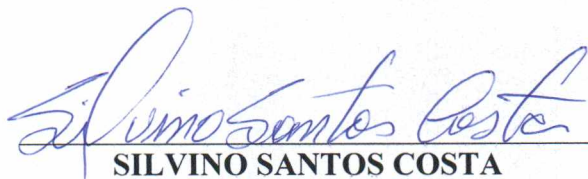
**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Grajaú/MA.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA**

Formosa da Serra Negra/MA, 13 de agosto de 2021



**SILVINO SANTOS COSTA**  
*Secretário Municipal de Obras*  
**CONTRATANTE**



**ENGEMAQ - LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**  
*Srº Atílio Castro Belin*  
**CONTRATADA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA  
CNPJ Nº 01.616.684/0001-13  
Av. Joao da Mata e Silva S/Nº - Vila Viana  
Cep: 65.943-000 Formosa da Serra Negra – MA

Fls. Nº 580  
Proc. Nº 092  
Rubrica 10

## EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0178/2021 - PMPFSN - REF.: Tomada de Preço nº 009/2021 – PARTES: FORMOSA DA SERRA NEGRA (MA), através da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS e a empresa ENGEMAQ – LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - CNPJ nº 04.812.264/0001-09 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para recuperação de estradas vicinais da sede da comunidade bacabas do município de Formosa de Serra Negra/MA - VALOR GLOBAL: R\$ 689.204,04 (seiscentos e oitenta e nove mil, duzentos e quatro reais e quatro centavos) - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 15.451.0023.1032.0000 – Construção/Recuperação de Estrada Vicinais, Pontes e Bueiros 4.4.90.51.00 – Instalações - PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) mês - BASE LEGAL: Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores – DATA DA ASSINATURA: 13 de agosto de 2021. SIGNATÁRIOS: Secretaria Municipal de Obras por seu responsável Silvino Santos Costa e Sr. Attilio Castro Belin, pela CONTRATANTE a Secretaria Municipal de Obras CONTRATADA ENGEMAQ – LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, 16 de agosto de 2021. Silvino Santos Costa – Secretário Municipal de Obras de Formosa da Serra Negra/MA.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE DO MARANHÃO

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2021**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/2021 - MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 6-2021; OBJETO: Contratação de empresa especializada em PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA; ÓRGÃO INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA; A Comissão Permanente de Licitação, tendo em vista o processo regular de licitação na modalidade de Tomada de Preço do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, adjudica o objeto da Licitação a favor do licitante vencedor, a empresa: PAVICOL SERVICE EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 16.724.567/0001-40, que apresentou proposta de preços no valor global de R\$ 384.063,39 (Trezentos e oitenta e quatro mil e sessenta e três reais e trinta e nove centavos); Assim, encaminha ao senhor Secretário Municipal de Planejamento, para as providências cabíveis;

Campestre do Maranhão - MA, 5 de agosto de 2021.  
JORGE ANTONIO VIEIRA DE SENA  
Presidente da CPL

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2021**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/2021 - MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 6-2021; OBJETO: Contratação de empresa especializada em PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO MUNICÍPIO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO - MA; ÓRGÃO INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA; O Prefeito Municipal de CAMPESTRE DO MARANHÃO, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o conteúdo do presente processo regular de licitação na modalidade de Tomada de Preço do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, HOMOLOGA para fins de direito a proposta assinada e encaminhada pelo licitante vencedor, a empresa: PAVICOL SERVICE EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 16.724.567/0001-40, que apresentou proposta de preços no valor global de R\$ 384.063,39 (Trezentos e oitenta e quatro mil e sessenta e três reais e nove centavos); Assim, determino ao Setor de Contabilidade que proceda ao registro na forma legal visando assegurar os compromissos ora assumidos; CUMPRA-SE NA FORMA DETERMINADA;

Campestre do Maranhão - MA, 10 de agosto 2021.  
JAILSON DOS REIS MELO  
Secretário Municipal de Planejamento

## PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2021**

OBJETO: Registro de Preços para a futura contratação de pessoa jurídica para transporte escolar, de acordo com as condições, especificações e quantitativos ora discriminados, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Dom Pedro, Estado do Maranhão. DATA DA SESSÃO: 30/08/2021. HORÁRIO: 09:30 horas. Sistema Eletrônico Utilizado: <https://www.comprasdompedro.com.br/>.  
O presente Edital estará a disposição dos interessados onde poderão ser consultados ou obtidos gratuitamente por meio digital na Comissão de Licitação, bem como pela internet, no site do sistema eletrônico, ou através do nosso endereço eletrônico <http://dompedro.ma.gov.br/>, ou por meio de solicitação formal ao e-mail [licitacao@dompedro.ma.gov.br](mailto:licitacao@dompedro.ma.gov.br).

Dom Pedro - MA, 13 de agosto de 2021.  
GEORGIANA TROVÃO MOREIRA LIMA CHAVES CAVALCANTE  
Pregoeira

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2021**

OBJETO: Registro de Preços de Material de Expediente, Limpeza, Utensílios Domésticos e Genéros Alimentícios para atender as demandas das Secretarias Municipais de Dom Pedro - MA. DATA DA SESSÃO: 30/08/2021. HORÁRIO: 14:00 horas. Sistema Eletrônico Utilizado: <https://www.comprasdompedro.com.br/>.  
O presente Edital estará a disposição dos interessados onde poderão ser consultados ou obtidos gratuitamente por meio digital na Comissão de Licitação, bem como pela internet, no site do sistema eletrônico, ou através do nosso endereço eletrônico <http://dompedro.ma.gov.br/>, ou por meio de solicitação formal ao e-mail [licitacao@dompedro.ma.gov.br](mailto:licitacao@dompedro.ma.gov.br).

Dom Pedro - MA, 13 de agosto de 2021.  
GEORGIANA TROVÃO MOREIRA LIMA CHAVES CAVALCANTE  
Pregoeira

## PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DA SERRA NEGRA

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 178/2021 - PMPFSN**

REF. Tomada de Preço nº 009/2021 - PARTES: FORMOSA DA SERRA NEGRA (MA), através da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS e a empresa ENGEMAQ - LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - CNPJ nº 04.812.264/0001-09 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para recuperação de estradas vicinais da sede da comunidade bacabas do município de Formosa de Serra Negra/MA - VALOR GLOBAL: R\$ 689.204,04 (seiscentos e oitenta e nove mil, duzentos e quatro reais e quatro centavos) - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 15.451.0023.1032.0000 - Construção/Recuperação de Estrada Vicinais, Pontes e Bueiros 4.4.90.51.00 - Instalações - PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) mês - BASE LEGAL: Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores - DATA DA ASSINATURA: 13 de agosto de 2021. SIGNATÁRIOS: Secretária Municipal de Obras por seu responsável Silvano Santos Costa e Sr. Atílio Castro Belin, pela CONTRATANTE a Secretaria Municipal de Obras CONTRATADA ENGEMAQ - LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI.

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO Nº 48/2021  
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2021 - CPL**

Referência: Tomada de Preços nº 001/2021 - CPL Processo Nº 048/2021. ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS. OBJETO: Contratação de Empresa Especializada Para Recuperação de Estradas Vicinais da Localidade Poço Azul Via Capim Branco Ao Povoado Porto do Sibil do Município de Formosa da Serra Negra. PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) meses, contados a partir da Emissão da Ordem de Serviço, a ser emitida pela SECRETARIA DE OBRAS. VALOR: R\$ 157.023,35 (cento e cinquenta e sete mil, vinte três reais e trinta e cinco centavos). AMPARO LEGAL: Lei nº. 8.666/1993. FONTE DE RECURSOS: 15.451.0023.1032.0000 - Construção/Recuperação de Estrada Vicinais, Pontes e Bueiros. 4.4.90.51.00 - Instalações.

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, da Prefeitura Municipal de Formosa da Serra Negra, Estado do Maranhão, através do Pregoeiro, Sr. Ricardo Pontes Sales, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 010/2021, tendo em vista a habilitação e classificação da Tomada de Preço Nº 001/2021 - CPL, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão de 25 de maio, ADJUDICA o objeto acima especificado a Empresa DIPLAN CONSTRUTORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.858.510/0001-22.

Formosa da Serra Negra-MA, 16 de agosto de 2021.  
RICARDO PONTES SALES  
Presidente da CPL

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO Nº 49/2021  
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2021**

Referência: Tomada de Preços nº 002/2021 - CPL Processo Nº 049/2021. ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS. OBJETO: Contratação de Empresa Especializada Para Recuperação de Estradas Vicinais da Localidade Calango Via São Brás Ao Cabeceira do Lizaria do Município de Formosa da Serra Negra - MA. PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) meses, contados a partir da Emissão da Ordem de Serviço, a ser emitida pela SECRETARIA DE OBRAS. VALOR: R\$ 191.527,02 (cento e noventa e um mil, quinhentos e vinte sete reais e dois centavos). AMPARO LEGAL: Lei nº. 8.666/1993. FONTE DE RECURSOS: 15.451.0023.1032.0000 - Construção/Recuperação de Estrada Vicinais, Pontes e Bueiros. 4.4.90.51.00 - Instalações

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, da Prefeitura Municipal de Formosa da Serra Negra, Estado do Maranhão, através do Pregoeiro, Sr. Ricardo Pontes Sales, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 010/2021, tendo em vista a habilitação e classificação da Tomada de Preço Nº 002/2021 - CPL, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão de 25 de maio, ADJUDICA o objeto acima especificado a Empresa DIPLAN CONSTRUTORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.858.510/0001-22.

Formosa da Serra Negra-MA, 16 de agosto de 2021.  
RICARDO PONTES SALES  
Presidente da CPL

**AVISOS DE HOMOLOGAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2021 - CPL**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2021. OBJETO: Contratação de Empresa Especializada Para Recuperação de Estradas Vicinais da Localidade Poço Azul Via Capim Branco Ao Povoado Porto do Sibil do Município de Formosa da Serra Negra. Em face dos elementos constantes no processo administrativo em epígrafe, e considerando a legalidade e validade dos atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, através do Pregoeiro, Sr. Ricardo Pontes Sales, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 010/2021, que ADJUDICOU o objeto em referência a favor da empresa DIPLAN CONSTRUTORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.858.510/0001-22, que ofertou o menor preço no valor de R\$ 157.023,35 (cento e cinquenta e sete mil, vinte três reais e trinta e cinco centavos); e por ter, dentro do critério de julgamento estabelecido no Instrumento Convocatório, apresentado a oferta mais vantajosa para a administração, HOMOLOGO, o presente procedimento, com fulcro no Art. 43, Inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

**TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2021 - CPL**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2021. OBJETO: Contratação de Empresa Especializada Para Recuperação de Estradas Vicinais da Localidade Calango Via São Brás Ao Cabeceira do Lizaria do Município de Formosa da Serra Negra - MA. Em face dos elementos constantes no processo administrativo em epígrafe, e considerando a legalidade e validade dos atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação - CPL, através do Pregoeiro, Sr. Ricardo Pontes Sales, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 010/2021, que ADJUDICOU o objeto em referência a favor da empresa DIPLAN CONSTRUTORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.858.510/0001-22, que ofertou o menor preço no valor de R\$ 191.527,02 (cento e noventa e um mil, quinhentos e vinte sete reais e dois centavos); e por ter, dentro do critério de julgamento estabelecido no Instrumento Convocatório, apresentado a oferta mais vantajosa para a administração, HOMOLOGO, o presente procedimento, com fulcro no Art. 43, Inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Formosa da Serra Negra-MA, 16 de agosto de 2021.  
SILVINO SANTOS COSTA  
Secretário Municipal de Obras

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR NEWTON BELLO

**AVISOS DE ALTERAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2021**

Reagendamento de Licitação.

A Prefeitura Municipal de Governador Newton Bello/ MA através da sua Comissão Permanente de Licitação - CPL, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93 e suas alterações posteriores torna público aos interessados o REAGENDAMENTO da licitação na modalidade Tomada de Preços, sob o Regime de Empreitada por preço Global, do tipo menor preço global, tendo por objeto Contratação de empresa especializada para execução de reformas nas unidades básicas de saúde "28 de Agosto" e "Londrina", no município de Governador Newton Bello/MA, que ocorrerá no dia 04 de agosto de 2021 às 10h30min (Dez horas e trinta minutos), para o dia 30 de agosto de 2021 às 10h30min (Dez horas e trinta minutos) O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no prédio onde funciona a Comissão Permanente de Licitação, onde poderão ser consultados gratuitamente ou adquiridos mediante o recolhimento da importância de R\$50,00 (cinquenta reais) feito exclusivamente através de documento de Arrecadação Municipal (DAM), Avenida Nezinho Brandão BR, 316 Centro - Governador Newton Bello-MA, e demais informações no e-mail [cplgnb2021@gmail.com](mailto:cplgnb2021@gmail.com).

**TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2021**

Reagendamento de Licitação.

A Prefeitura Municipal de Governador Newton Bello/ MA através da sua Comissão Permanente de Licitação - CPL, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93 e suas alterações posteriores torna público aos interessados o REAGENDAMENTO da licitação na modalidade Tomada de Preços, sob o Regime de Empreitada por preço Global, do tipo menor preço global, tendo por objeto Contratação de empresa especializada para execução de reformas nas unidades de educação nos povoados Agua Preta, Centro do Rosa e Sítio Novo, no município de Governador Newton Bello/MA, que ocorrerá no dia 04 de agosto de 2021 às 14h00min (Quatorze horas), para o dia 30 de agosto de 2021 às 14h00min (Quatorze horas). O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no prédio onde funciona a Comissão Permanente de Licitação, onde poderão ser consultados gratuitamente ou adquiridos mediante o recolhimento da importância de R\$50,00 (cinquenta reais) feito exclusivamente através de documento de Arrecadação Municipal (DAM), Avenida Nezinho Brandão BR, 316 Centro - Governador Newton Bello-MA, e demais informações no e-mail [cplgnb2021@gmail.com](mailto:cplgnb2021@gmail.com).

Governador Newton Bello-MA, 11 de agosto de 2021.  
MARCIA REGINA DE SOUSA LINS  
Presidente da CPL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE HUMBERTO DE CAMPOS

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2021/CPL**

A Prefeitura Municipal de Humberto de Campos - MA, localizada na Praça Dr. Leônício Rodrigues, 136, Centro - Humberto de Campos - MA, CNPJ: 06.222.616/0001-93, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2021, no dia 27/08/2021, às 08h00, horário de Brasília, no site <https://www.comprashumbertodecampos.com.br/>, objetivando o "Contratação de empresa especializada em locação de Transporte Escolar (Terrestre) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e das Escolas da Rede Municipal do Município de Humberto de Campos - MA", conforme quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, Anexo

